



Surrouille (Argentina), Herzog (México) e Funaro, representando as três maiores dívidas do mundo.

Cartagena: a união contra o pagamento de juros altos.

O ministro da Fazenda, pelo Brasil, pede uma redução de até 2% nessas taxas.

O ministro da Fazenda Dílson Funaro, afirmou ontem, em Montevidéu, onde participa do quarto encontro do Grupo de Cartagena, que pretende ser o "elemento aglutinador" da luta geral da sociedade brasileira para manter o crescimento econômico a 5 ou 6% ao ano e, ao mesmo tempo, combater a inflação.

A forma como se fará isso será ditada pela sociedade, afirmou Funaro, salientando que tem a propor duas sugestões iniciais: um projeto de desindexação da economia e esforços concentrados com mobilização de toda sociedade, como por exemplo, passar dez ou 15 dias sem nenhuma movimentação de preços, o que faria com que se reduzisse a inflação. "Este pode ser um caminho a ser trilhado", disse Funaro.

Anunciou que estará em Porto Alegre, na próxima sexta-feira, discutindo com empresários e fazendo visitas a lideranças, com o objetivo de levar a eles estas propostas, assim como esteve na semana passada em Belo Horizonte. O fato de estar entrando em contato principalmente com a classe empresarial não significa, segundo Funaro, que os sindicatos e a classe trabalhadora não estejam convidados ao diálogo em busca do "entendimento nacional".

O ministro da Fazenda negou categoricamente que sua proposta encerre um projeto de arrocho salarial, mas ressaltou: "Se os salários forem aumentando, os preços industriais subindo, os preços agrícolas indexados, assim como os serviços, realmente teremos de conviver sempre com uma inflação indexada".

Para este problema não há saída por decreto-lei nem por medidas econômicas ou vontade exclusiva do governo, mas apenas pela solução apontada pela sociedade, que deve optar entre conviver com a inflação elevada ou decidir por uma contenção rígida dos índices — afirmou o ministro da Fazenda.

da, citando em seguida vários exemplos que podem ser estudados e comparados, embora não aplicados ao Brasil, salvo na medida em que adotaram soluções que representaram a vontade nacional: Israel, Espanha e Argentina. "Uma desindexação de 80% ou 95%, por exemplo, só funcionará se adotada pela própria sociedade", disse Funaro.

Diferenças

Especificamente em relação ao exemplo argentino, ele explicou que, se aplicado ao Brasil, o "Plano Austral" elevaria a inflação para 30 a 35% nos primeiros meses e traria a paralisação total da economia. "São duas economias em estágios completamente diferentes: enquanto a Argentina já vinha com um grande declínio em suas atividades econômicas, inflação de mil por cento e reajustes salariais mensais, o Brasil está com sua economia em expansão e precisamos viver com uma economia sempre crescente."

— O que vamos fazer com o processo inflacionário? Vamos conviver com ele ou atacá-lo rigidamente? Se for a segunda opção, cada setor tem de contribuir.

Advertiu, também, que a capacidade ociosa do parque industrial instalado já acabou e, para prosseguir com o crescimento econômico, são necessários novos investimentos.

Plano Baker

O ministro da Fazenda negou que a iniciativa do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (Bird) em expedir um comunicado oficial de apoio ao "Plano Baker" seja um instrumento de pressão sobre o Grupo de Cartagena. Reafirmou, porém, que o "Plano Baker" resolve apenas o problema imediato de fluxo de caixa e não toca no principal, que é o custo de serviço da dívida. "Se os países não estão conseguindo pagar estes juros, como farão para pagar os do Plano Baker, que ainda não estão explicitados?"

A missão do presidente do Banco Central, Fernão Bracher, ao Estados Unidos, explicou Funaro, foi a de um primeiro contato preparatório ao qual se seguirá o envio ao FMI e aos bancos credores do plano econômico brasileiro, para análise (veja o que diz Bracher, na página 9). Com base neste plano, afirmou Funaro, será renegociado o pagamento dos créditos comerciais e interbancários, cujo prazos vencem no próximo dia 17 de janeiro.

Funaro disse não acreditar que a falta de pagamento de parte dos débitos dos bancos Auxiliar e Comind junto aos bancos norte-Americanos venha a prejudicar as próximas negociações.

O governo está aberto às propostas que lhe forem feitas durante as negociações, em relação a prazos, que podem ser de um, dois ou três anos, embora não sejam interessantes acordos com prazos muito grandes "e nem os bancos aceitariam um acordo desse tipo sem o monitoramento do FMI", disse Funaro, para quem um acordo formal com o Fundo não é importante.

Mais importante que os acordos são os fatos. Estamos cumprindo nossas obrigações, pagando os juros normalmente — acrescentou Funaro para em seguida considerar "ridícula" a notícia de que os bancos norte-Americanos poderiam cancelar as linhas de crédito comercial para o Brasil. "Se eles não financiarem as importações de produtos brasileiros, ficariam sem superávit e eles não receberiam seus juros. A opção é deles também."

A princípio, disse Funaro, não estaremos pedindo dinheiro novo nessas negociações, mas o México e a Argentina já estão fazendo novos empréstimos no mercado, de US\$ 4 bilhões e US\$ 2,5 bilhões, respectivamente.

Murilo Murça, enviado especial.